



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-06-2024.

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e quatro minutos, conforme Resolução nº 0589/22, reuniu-se, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: ao vereador Aldacir Oliboni, o Projeto de Lei do Executivo nº 006/24 (Processo nº 0202/24) e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/24 (Processo nº 0059/24); e, ao vereador Ramiro Rosário, o Requerimento nº 065/24 (Processo nº 0330/24). Acrescenta-se, ainda, que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte e nove de maio do corrente, os seguintes Pareceres: nº 022/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 061/24 – Processo nº 0116/24) e nº 023/24 (Indicação nº 018/24 – Processo nº 0269/24), ambos de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino. Em prosseguimento, foram REDISTRIBUÍDOS, por solicitação dos relatores anteriormente indicados, os seguintes Processos: à vereadora Psicóloga Tanise Sabino, o Projeto de Lei do Legislativo nº 577/23 (Processo nº 0977/23); à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 578/23 (Processo nº 0978/23); e, à vereadora Mônica Leal, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/16 (Processo nº 2673/16). Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Dia Internacional do Meio Ambiente – Uma análise sobre o impacto das mudanças climáticas globais e seus reflexos em Porto Alegre”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Luiz Felipe Dorneles, Diretor de Licenciamento e Monitoramento Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS); Vaneska Paiva Henrique, coordenadora da coordenação de Gestão e Monitoramento Urbano da SMAMUS; Marco

Salinas, diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU); Paula Moleta, diretora plataforma global de impacto socioambiental Greenthingproject; Rodrigo Paiva, engenheiro e professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Eugenia Aumond Kuhn, Arquiteta e Urbanista e professora da UFRGS e Felipe Amaral, ecólogo, gestor ambiental; diretor da empresa Amaral Sustentabilidade e Meio Ambiente e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, a senhora Presidente, a vereadora Lourdes Sprenger, abriu os debates e destacou que esta pauta foi proposta por sua iniciativa e da vereadora Cláudia Araújo, mas que também é extensiva a todos os vereadores da Cosmam. Após, enfatizou que a catástrofe climática vivenciada na Cidade jamais será esquecida pelo fato de a atual inundação ter atingido marca superior à enchente do ano de mil novecentos e quarenta e um. Por fim, alertou que outra inundação de porte similar pode se repetir em menor espaço de tempo e acrescentou que as instituições governamentais e a sociedade civil devem buscar soluções efetivas para evitar no futuro novos incidentes similares aos danos vivenciados atualmente. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos vereadores e demais convidados presentes para suas manifestações. A vereadora Cláudia Araújo enfatizou que a defesa ambiental está intrinsecamente ligada ao seu mandato parlamentar, acrescentando, que devido ao momento extremamente difícil pelo qual passa a Capital é necessário discutir as pautas apropriadas em busca de alternativas viáveis para minimizar os danos provocados pelas inundações cada vez mais frequentes e intensas. Após, opinou que as atuais mudanças climáticas possuem múltiplas causas e lembrou que a presente reunião é de extrema importância para debater os assuntos correlatos, analisando não apenas a situação de Porto Alegre, mas também englobar o que vem ocorrendo em todo o Brasil e as consequências ambientais danosas que afetam todo o estado do Rio Grande do Sul. Na sequência, cobrou ações do poder público para colaborar na mitigação dos efeitos provocados pela calamidade climática e ressaltou que a gestão da reciclagem de lixo também é um importante fator que deve ser abordado no debate do Dia Internacional do Meio Ambiente, que ocorre amanhã. Por fim, indagou se existe relação entre o progressivo crescimento da cidade em direção às áreas alagáveis e o desastre ambiental e climático que devastou parte significativa de Porto Alegre no mês de maio do corrente ano. A vereadora Mônica Leal destacou a importância das atividades desenvolvidas pela Secretaria do Meio Ambiente, especialmente em épocas de calamidade pública, defendendo, ainda, a necessidade de rediscutir o plano diretor, incluindo abordagens sobre o porte e a localização de prédios, estacionamentos, piscinas e outros aspectos urbanísticos e ambientais que provocam impactos nas várias regiões da cidade. Após, manifestou posição contrária à privatização do DMAE, destacando que o órgão atualmente possui atuação extremamente limitada devido ao sucateamento gradual de sua estrutura que vem ocorrendo ao longo dos últimos governos, tendo sido necessário na atual conjuntura recorrer a profissionais de outras áreas e localidades para complementar as equipes de atendimento para atuar na inundação histórica do mês passado. Na sequência, também ressaltou a importância em debater o crescimento urbano, a organização da Cidade e outros temas correlatos, observando, ainda, que, embora a sociedade seja unânime na

condenação da corrupção no serviço público, houve falta do devido cuidado com as estações de bombeamento e outros mecanismos de proteção da Cidade, em ações que poderiam ter evitado ou minimizado os efeitos da última catástrofe. Por fim, enfatizou que, dada a atual conjuntura ambiental, tanto o DMAE quanto o DEP não necessitavam ter passado pelo processo de desmonte, tendo em vista o importante papel que desempenham no efetivo combate às catástrofes climáticas dos tempos atuais. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino destacou a relevância do presente debate, destacando recente artigo publicado no Jornal Zero Hora com o título "O dedo da culpa está apontado para todos nós". O vereador Aldacir Oliboni destacou ter sido necessário ocorrer uma catástrofe de enormes proporções para que muitas pessoas voltassem a dar atenção às importantes atividades desenvolvidas pelo Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) e à necessidade de manutenção rotineira das casas de bombas. Após, comentou sobre o impacto dos desastres ambientais visíveis e a importância de também abordar os impactos invisíveis associados às corretas práticas do recolhimento e descarte do lixo produzido na Cidade. Opinou, ainda, que a estrutura pública não estava adequadamente preparada para enfrentar a recente tragédia, sendo necessário contar com significativo apoio da população, destacando, também, a indignação das pessoas que residem em locais que ainda contém inundação porque as casas de bombas ainda não funcionam corretamente, em cenário que pode demorar bastante tempo para ser normalizado. Na sequência, também abordou, o impacto causado ao conjunto de empresas e empregos na Cidade e destacou a caótica situação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, que talvez volte a operar de maneira regular somente no final deste ano. Defendeu, também, a união dos poderes públicos para enfrentar a dramática situação pela qual a Cidade atravessa, propondo que a Cosmam seja o agente catalizador de unificação das diversas demandas e sugestões recebidas para a reconstrução das áreas atingidas. Por fim, esclareceu que a bancada municipal de vereadores do Partido dos Trabalhadores (PT) votou, na ocasião, contra o projeto de extinção do DEP, tendo se posicionado favorável à sua incorporação ao DMAE somente em ocasião posterior. Após, lamentou, o fato de o Executivo não ter enviado um representante do DMAE para participar da presente reunião, tendo perdido importante oportunidade para expor as ações eventualmente planejadas para a recuperação da Cidade. O vereador Ramiro Rosário opinou que a extinção do DEP ocorreu em função da grande quantidade de casos de corrupção e ineficiência constatados, tendo sido descobertos dezessete contratos com indícios de irregularidades ou má gestão administrativa. Lembrou, ainda, que na referida época, as casas de bombas operavam com apenas quarenta por cento de sua capacidade operacional; destacou a necessidade de drenagem nos rios e arroios, bem como a atuação rotineira do DMAE na manutenção do sistema proteção contra cheias, lembrando, também, que os governos anteriores colocavam no caixa único todos os recursos provenientes da arrecadação da distribuição de água e esgotos da Cidade ao invés de reaplicá-los na manutenção e qualificação desses sistemas. Após, reiterou que a má gestão e corrupção foram os principais motivos para ter ocorrido a extinção do DEP no ano de dois mil e dezenove e aproveitou a ocasião para agradecer a bancada do PT por ter manifestado voto

favorável à extinção da referida autarquia municipal na referida ocasião. Na sequência, defendeu amplo debate sobre as ações que efetivamente podem ser adotadas no Município, ao invés de discutir apenas a situação das florestas e grandes biomas, sendo necessário também abordar as questões ambientais efetivas que atingem as grandes cidades. Por fim, lembrou que apenas cinquenta e quatro por cento do esgoto da Capital vem sendo tratado, sendo o restante descartado in natura nos arroios, valões e no manancial do Guaíba. Reiterou, ainda, apoio à universalização do esgoto em Porto Alegre, onde esse tema deve ser discutido de forma franca e republicana. A senhora Vaneska Paiva Henrique apresentou mapas das inundações na Capital e detalhou os impactos das cheias. Em continuidade, informou que a Prefeitura estima em cento e sessenta mil pessoas a população atingida nesse evento climático, onde quase quarenta mil edificações foram afetadas e mais de quarenta e cinco mil empresas atingidas, lembrando, também, que a inundação de estruturas importantes como as dependências do aeroporto e a estação rodoviária também trouxeram grave e significativos impactos econômicos e financeiros para a Capital. Após, lembrou que em diversos pontos da Cidade, ainda é necessário aguardar que as águas baixem para poder quantificar o real impacto da tragédia, lembrando, também, que os prejuízos ocorridos nas estruturas públicas, entre elas o DMAE, foi um fator que dificultou sobremaneira o combate mais efetivo da inundação torrencial ocorrida no mês passado. Por fim, comentou sobre o impacto na população socialmente vulnerável, onde aproximadamente vinte e cinco mil famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) foram afetadas, acrescentando que o programa de reconstrução da Cidade necessita de cifras expressivas, onde a Prefeitura precisa de significativo apoio de outros entes públicos e, também, da iniciativa privada para efetivar sua reconstrução. O senhor Marcos Salinas detalhou a atuação da força-tarefa do DMLU e da SMSURB na agilização da limpeza da Cidade. Informou, ainda, que o DMLU conta com seu efetivo regular e mais oitocentos colaboradores adicionais nas ruas; quinhentos e cinquenta equipamentos terceirizados, entre caminhões e retroescavadeiras que também estão sendo utilizados na limpeza; cerca de quarenta equipes envolvidas nesse trabalho, bem como a contratação emergencial de um aterro sanitário em Gravataí para receber as toneladas de resíduos descartados após a última enchente. A senhora Paula Moleta indagou sobre o real destino do lixo descartado após a última cheia em Porto Alegre, alertando que o aterro sanitário de Gravataí não tem o porte necessário para absorver o entulho proveniente da Capital. Após, alertou que milhões de toneladas de lixo terão que ser removidos da cidade, onde também há boatos que empresas do estado de São Paulo têm interesse no recolhimento desse material em função do potencial valor comercial dos descartes. Por fim, defendeu que na atual conjuntura, os movimentos civis devem ficar atentos e vigilantes sobre os detalhes dos processos de contratação de consultorias suspeitas que estão sendo arrematadas pelo prefeito Sebastião Melo para atuar emergencialmente no presente cenário, apontando, ainda, a significativa destruição do paisagismo ambiental, onde, a partir de agora será necessário dar atenção mais cuidadosa ao meio ambiente da Cidade. O senhor Rodrigo Paiva efetuou apresentação de slides com as projeções e necessidades de adaptação contra às chuvas e

cheias extremas cada vez mais frequentes, afirmando, ainda, que o mapa das áreas que seriam inundadas na hipótese de falhas no sistema de prevenção de cheias, que foi desenvolvido pelo IPH, se revelou muito próximo ao mapa real de impacto ocorrido na última enchente. Na sequência, apresentou histórico demonstrando um nível de cheias abaixo da média nas décadas de mil novecentos e setenta, oitenta e noventa, considerando como sendo um fator que contribuiu para o esquecimento dos problemas decorrentes das inundações. Lembrou, também, que no ano de dois mil e quinze, o nível do lago Guaíba se aproximou de três metros, tendo ocorrido o fechamento das comportas, e, em dois mil e vinte e três, houve enchentes nos meses de setembro e novembro, até que no mês de maio do corrente ano houve a maior inundação da história do Rio Grande do Sul, sendo a precipitação média dessa década muito superior a tudo o que já aconteceu no passado. Em prosseguimento, destacou que, em decorrência das mudanças climáticas, espera-se a partir de agora um aumento das chuvas intensas, com consequentes alagamentos em todo o Brasil, acrescentando, que no sul do País, o cenário é mais preocupante, com alteração de magnitude e de frequência das cheias que aumenta a probabilidade de que esses eventos venham a acontecer de forma ainda mais acentuada. Alertou, ainda, que a vazão dos grandes rios do estado pode aumentar até vinte por cento e apontou que a sociedade gaúcha necessita incorporar a adaptação às mudanças climáticas na reconstrução do estado, através de projetos de infraestrutura, mapeamento de áreas de risco e planejamento de desastres. Na sequência, comentou sobre a Nota Técnica elaborada pelo IPH que contém os critérios hidrológicos para adaptação à mudança climática e às chuvas e cheias extremas na Região Sul do Brasil, destacando que esse estudo foi incorporado ao plano de reconstrução do governo estadual. Por fim, sugeriu ao caso específico de Porto Alegre a adoção das seguintes medidas: reforma do sistema de proteção contra cheias, incluindo uma avaliação sobre a cota de inundação, tendo em vista que eventual aumento de vinte por cento da vazão dos rios poderia significar um acréscimo de sessenta centímetros no nível do Guaíba; melhorias na drenagem urbana; mapeamento de áreas de risco; melhorias em sistemas de monitoramento, previsão e alerta; e, um plano de ação emergencial para conter cheias extremas e falhas no sistema de proteção. E, a senhora Eugenia Aumond Kuhn advertiu que as mudanças climáticas também provocam aumento da temperatura e de ondas de calor, alertando para os riscos de potencialização dos danos climáticos vivenciados atualmente, havendo a necessidade de planejar a reconstrução a partir desse conjunto de situações, com habitações que suportem eventual aumento de temperatura. Por fim, ilustrou que durante o verão, a estação rodoviária da Capital pode ser até dez graus mais quente do que no parque da Redenção que possui amplo conjunto de árvores, defendendo que, mais do que reconstruir é necessário recriar a Cidade, onde os elementos de arborização devem ser incorporados de forma mais ampla nesse planejamento. Indagou, também, qual seria a razão para a mancha de ocupação urbana necessitar crescendo, se o último Censo Demográfico demonstrou que a população parou de aumentar. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Psicóloga

Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar nova reunião sobre o presente tema no decorrer do segundo semestre, a fim de ampliar o presente debate e avaliar a evolução das medidas inicialmente adotadas para a reconstrução das áreas atingidas pela inundação histórica da Capital; e, 2) enviar Indicação ao Executivo Municipal, contendo a Nota Técnica do IPH – a qual foi incorporada no plano de reconstrução do governo estadual – para que seja avaliada a sua adoção também em nível municipal e mesclando com os projetos de reconstrução a serem apresentados pelo DMAE e SMAMUS. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião gerada automaticamente pelo Zoom. Às doze horas e um minuto, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Lourdes Sprenger.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, Vereadora**, em 10/06/2024, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0748688** e o código CRC **F1168543**.